



newsletter

Nº 74 – MARÇO / 2013

OLIVEIRA REGO E ASSOCIADOS, SROC

Avª Praia da Vitória, nº 73 – 2º Esq. 1050-183 Lisboa Tel.: 21 315 26 72 / 21 315 97 59 Fax: 21 315 99 36 info@oliveirarego.pt
Inscrita na C.M.V.M. com o n.º 218 e na Ordem dos R.O.C. com o n.º 46 Contribuinte n.º 501 794 662

ORA newsletter

Nº 74 – MARÇO/2013
(circulação limitada)

Assuntos em Destaque

Resumo Fiscal/Legal – Fevereiro de 2013	2
Lei do Orçamento do Estado para 2013 (IRS)	3
Revisores e Auditores	11

LEGISLAÇÃO FISCAL/LEGAL

Assembleia da República - Lei n.º 15/2013, de 8 de Fevereiro - Estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a actividade de mediação imobiliária, conformando-o com a disciplina constante do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de Julho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno.

Assembleia da República - Lei n.º 18/2013, de 18 de Fevereiro - Autoriza o Governo a aprovar os princípios e regras gerais aplicáveis ao sector público empresarial, incluindo as bases gerais do estatuto das empresas públicas, bem como a alterar os regimes jurídicos do sector empresarial do Estado e das empresas públicas e a complementar o regime jurídico da actividade empresarial local e das participações locais.

Ministério das Finanças - Decreto-Lei n.º 24/2013, de 19 de Fevereiro - Estabelece o método de determinação das contribuições iniciais, periódicas e especiais para o Fundo de Resolução, previstas no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças - Portaria n.º 75/2013, de 18 de Fevereiro - Regulamenta o disposto no n.º 2 do artigo 9.º e n.º 3 do artigo 22.º, ambos da Lei-Quadro das Fundações (Lei n.º 24/2012, de 9 de Julho).

Ministério da Economia e do Emprego - Portaria n.º 68/2013, de 15 de Fevereiro - Aprova o Regulamento do Sistema de Incentivos de Apoio Local a Microempresas.

Assembleia da República - Lei n.º 22/2013. (D.R. n.º 40, de 26 de Fevereiro) - Estabelece o estatuto do administrador judicial.

2/11

ORA newsletter

Nº 74 – MARÇO/2013
(circulação limitada)

LEI DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2013 (IRS)



Na Newsletter n.º 72 divulgamos as principais medidas de natureza fiscal previstas na Lei do Orçamento do Estado para 2013 (OE 2013) que terão implicações directas na actividade empresarial.

Neste número procuramos enunciar um conjunto de medidas fiscais introduzidas pela Lei do OE 2013 com impacto no código do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (algumas já com efeitos práticos e outras com impacto visível apenas na próxima entrega anual da declaração anual de IRS).

RENDIMENTOS DO TRABALHO DEPENDENTE – CATEGORIA A

- **Subsídio de refeição**

O subsídio de refeição pago em numerário passa a ser sujeito a tributação na parte que exceda o limite legal estabelecido para o Estado (4,27 euros/dia).

Mantém-se o limite de exclusão de tributação actualmente previsto para o subsídio atribuído em vales de refeição (actualmente fixado em 6,83 euros/dia).

- **Formação profissional**

Para efeitos de majoração da dedução específica, as despesas de formação profissional deixam de ser consideradas.

- **Ajudas de custo**

Reduz-se os limites legais de isenção de IRS e Segurança Social relativos ao pagamento de ajudas de custo na função pública em deslocação ao estrangeiro, conforme tabela abaixo:

	2013	2012
Membros do Governo	100,24	133,66
Remuneração superior ao nível 18	89,35	119,13
Remuneração entre nível 18 e 9	85,50	111,81
Outros	72,72	95,10

Adicionalmente nas deslocações em território nacional só há direito ao abono de ajudas de custo nas deslocações diárias que se realizem para além de 20kms do domicílio necessário e nas deslocações por dias sucessivos que se realizem para além de 50kms do mesmo domicílio.

3/11

ORA newsletter

Nº 74 – MARÇO/2013
(circulação limitada)

RENDIMENTOS EMPRESARIAIS E PROFISSIONAIS – CATEGORIA B

- **Regime simplificado**

Mantém-se o coeficiente de 0,20 para efeitos de determinação do rendimento tributável proveniente das vendas de mercadorias e produtos, aumentando de 0,7 para 0,75 o coeficiente aplicável aos restantes rendimentos da categoria B.



RENDIMENTOS PREDIAIS – CATEGORIA F

- **Deduções**

É introduzida a possibilidade de dedução do montante do imposto de selo que incida sobre o valor dos prédios aos rendimentos brutos auferidos.

TAXAS

- **Taxas gerais e escalões**

Foi reduzido de oito para cinco o número de escalões e o valor do rendimento colectável do último escalão de 153.000 euros para 80.000 euros. Foram também alteradas as taxas gerais, constando da tabela seguinte as taxas para 2013:

Rendimento Colectável (euros)	Taxas (percentagem)	
	Normal	Média
Até 7.000	14,50	14,50
De mais de 7.000 até 20.000	28,50	23,60
De mais de 20.000 até 40.000	37	30,30
De mais de 40.000 até 80.000	45	37,65
Superior a 80.000	48	-

- **Taxa adicional de solidariedade**

A taxa adicional de solidariedade de 2,5% introduzida em 2012, passa a incidir sobre a parcela do rendimento colectável entre 80.000 euros e 250.000 euros (em 2012 incidia sobre o rendimento colectável que excedia 153.000 euros). Sobre a parcela que excede os 250.000 euros a taxa a aplicar passa a ser de 5%.

ORA newsletter

Nº 74 – MARÇO/2013
(circulação limitada)

- **Sobretaxa**

É introduzida uma sobretaxa de 3,5% a aplicar sobre a parte do rendimento colectável de IRS auferido por sujeitos passivos residentes em território português que exceda, por sujeito passivo, o valor anual da retribuição mínima mensal garantida (6.790 euros por sujeito passivo).

A sobretaxa aplica-se aos rendimentos englobados para efeitos de IRS, bem como aos seguintes rendimentos sujeitos a taxas especiais de IRS:

- ✓ Gratificações auferidas pela prestação de trabalho, quando não atribuídas pela entidade patronal, nem por entidade que com esta mantenha relações de grupo, domínio ou simples participação.
- ✓ Rendimentos das categorias A e B auferidos por residentes não habituais em actividades de elevado valor acrescentado.
- ✓ Acréscimos patrimoniais não justificados.
- ✓ Rendimentos de capitais devidos por entidades domiciliadas em país, território ou região sujeitas a um regime fiscal mais favorável, que não tenham sido sujeitos a retenção na fonte em Portugal.

Estabelece-se uma dedução à colecta da sobretaxa extraordinária correspondente a 2,5% da retribuição mínima mensal, por cada dependente ou afilhado civil que não seja sujeito passivo de IRS.

A retenção na fonte desta sobretaxa deverá obedecer às seguintes regras:

- ✓ A taxa aplicável será de 3,5% sobre a parte do valor do rendimento que, líquido das retenções na fonte e contribuições obrigatórias para a segurança social e subsistemas legais de saúde que exceda o valor da retribuição mínima mensal garantida (485 euros).
- ✓ A retenção será efectuada, mensalmente, pelas entidades devedoras de rendimentos de trabalho dependente e de pensões, no momento do pagamento do rendimento ou da sua colocação à disposição.



ORA newsletter

Nº 74 – MARÇO/2013
(circulação limitada)

- ***Taxas liberatórias***

É aumentada a taxa liberatória aplicável aos rendimentos obtidos em território português, constantes das tabelas seguintes:

Rendimentos	Taxas (%) 2013	Taxas (%) 2012 (1)
Juros de depósitos, juros e outras formas de remuneração de suprimentos	28	25/26,5
Rendimentos de títulos de dívida, de operações de reporte e de cessões de crédito	28	25/26,5
Dividendos	28	25/26,5
Resultado da partilha e rendimentos derivados de amortização de partes sociais se redução de capital	28	25/26,5
Rendimentos derivados de resgate, adiantamento ou vencimento de seguros e operações do ramo “Vida”	28	25/26,5
Rendimentos de valores mobiliários de fonte portuguesa	28	25/26,5

(1) As taxas liberatórias aumentaram de 25% para 26,5% durante o ano de 2012 (alteração introduzida pela Lei 55-A/2012 de 29/10).

Relativamente aos rendimentos obtidos por não residentes:

Rendimentos	Taxas (%) 2013	Taxas (%) 2012
Rendimentos do trabalho dependente, rendimentos empresariais e profissionais, royalties e pensões	25	21,5
Rendimentos de capitais quando não tributados a taxa diferente	28	25/26,5 (1)

(1) As taxas liberatórias aumentaram de 25% para 26,5% durante o ano de 2012 (alteração introduzida pela Lei 55-A/2012 de 29/10).

ORA newsletter

Nº 74 – MARÇO/2013
(circulação limitada)

- **Taxas especiais**

É aumentada a taxa especial aplicável aos rendimentos obtidos em território português, constantes das tabelas seguintes:

Rendimentos	Taxas (%) 2013	Taxas (%) 2012
Saldo positivo entre mais-valias e menos-valias mobiliárias	28	26,5/25 (1)
Rendimentos prediais	28	-

(2) As taxas especiais aumentaram de 25% para 26,5% durante o ano de 2012 com efeitos a 01/01/2012 (alteração introduzida pela Lei 55-A/2012 de 29/10).

Relativamente aos rendimentos obtidos por não residentes:

Rendimentos	Taxas (%) 2013	Taxas (%) 2012
Mais-valias e outros rendimentos não sujeitos a retenção na fonte às taxas liberatórias	28	25
Saldo positivo entre mais-valias e menos-valias mobiliárias	28	26,5/25 (1)
Rendimentos prediais	28	16,5

(2) As taxas especiais aumentaram de 25% para 26,5% durante o ano de 2012 com efeitos a 01/01/2012 (alteração introduzida pela Lei 55-A/2012 de 29/10).

DEDUÇÕES À COLECTA E BENEFÍCIOS FISCAIS

Passam a ser aplicáveis os seguintes limites às deduções à colecta e aos benefícios fiscais:

Escalão do rendimento colectável	Limite	Benefícios Fiscais
Até 7.000	Sem Limite	Sem Limite
De mais de 7.000 até 20.000	1.250	100
De mais de 20.000 até 40.000	1.000	80
De mais de 40.000 até 80.000	500	60
Superior a 80.000	0	0

De referir que no caso dos limites do 2.º, 3.º e 4.º escalões são majorados em 10% por cada dependente ou afilhado civil que não seja sujeito passivo de IRS.

ORA newsletter

Nº 74 – MARÇO/2013
(circulação limitada)

- **Deduções Pessoais**

São alteradas as deduções pessoais de acordo com o seguinte tabela:

Deduções	2013		2012
Por sujeito passivo	213,75 €	↙	261,25 €
Por sujeito passivo - famílias monoparentais	332,50 €	↙	380,00 €
Por dependente ou afilhados civis:			
- Agregados com menos de três filhos	213,75 €	↙	190,00 €
- Agregados com três ou mais filhos	237,50 €	↙	190,00 €
Por ascendente	261,25 €	=	261,25 €

- **Encargos com imóveis**

Reduz-se o limite fiscalmente dedutível de encargos com habitação própria e permanente:

Deduções	2013	2012
Juros de empréstimos	296,00 €	591,00 €
Prestações a cooperativas	296,00 €	591,00 €
Rendas	502,00 €	591,00 €

Esses limites passam a ser majorados em 50% e 20% apenas para sujeitos passivos cujo rendimento colectável se enquadre no 1.º e 2.º escalões respectivamente.

RETENÇÕES NA FONTE

- **Rendimentos de trabalho dependente e pensões**

Foram aprovadas por Despacho n.º 796-B/2013 de 14 de Janeiro de 2013 do Ministro das Finanças as tabelas de retenção na fonte em vigor para o ano de 2013, as quais reflectem as alterações introduzidas pela Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro de 2012.

- **Rendimentos de outras categorias**

É aumentada a taxa de retenção na fonte de 21,5% para 25% sobre os rendimentos empresariais e profissionais previstas na tabela de actividades.

A taxa de retenção na fonte aplicável aos rendimentos prediais é aumentada de 16,5% para 25%.

ORA newsletter

Nº 74 – MARÇO/2013
(circulação limitada)

OBRIGAÇÕES DECLARATIVAS



Torna-se obrigatória a entrega mensal, até ao dia 10 do mês seguinte ao do pagamento ou colocação à disposição, da declaração modelo 10, relativamente aos rendimentos do trabalho dependente, ainda que isentos ou não sujeitos a tributação.

As obrigações declarativas associadas ao pagamento de rendimentos (nomeadamente a inclusão na declaração modelo 10) passam a ser aplicáveis relativamente a rendimentos expressamente excluídos de tributação.

Para os restantes rendimentos, mantém-se a periodicidade e prazo actualmente existente (até ao final do mês de Fevereiro do ano seguinte àquele a que os rendimentos respeitam).

A declaração modelo 13 (comunicação de operações efectuadas relativamente a valores mobiliários, warrants autónomos e instrumentos financeiros derivados) passa a ser exigível até ao final do mês de Março (esta comunicação era cumprida até ao final de Junho).

BENEFÍCIOS FISCAIS

• *Dedução em sede de IRS de IVA suportado em factura*

É introduzida a possibilidade de dedução à colecta um montante correspondente a 5% do IVA suportado por qualquer membro do agregado familiar, com o limite global de 250 euros, que conste em facturas comunicadas à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) nos seguintes sectores de actividade:

- ✓ Secção G, Classe 4520 - Manutenção e reparação de veículos automóveis;
- ✓ Secção G, Classe 45402 - Manutenção e reparação de motociclos, de suas peças e acessórios;
- ✓ Secção I - Alojamento, restauração e similares;
- ✓ Secção S, Classe 9602 - Actividades de salões de cabeleireiro e institutos de beleza.

Os sujeitos passivos que pretendam beneficiar do incentivo devem exigir ao emitente a inclusão do seu número de identificação fiscal nas facturas.

• *Propriedade intelectual*

A importância a excluir de englobamento, relativa a rendimentos provenientes da propriedade intelectual, é reduzida de 20.000 euros para 10.000 euros.

ORA newsletter

Nº 74 – MARÇO/2013
(circulação limitada)

- ***Pequenos investidores***

É revogada a isenção aplicável em sede de IRS concedida até ao valor anual de 500 euros, relativamente ao saldo positivo entre as mais-valias e menos-valias resultantes da alienação de acções, de obrigações e de outros títulos de dívida, obtido por residentes em território português.

REGIME DE TRIBUTAÇÃO DOS DEFICIENTES

É prorrogada para o ano de 2013 a exclusão de tributação, em sede de IRS, de 10% do rendimento bruto de cada uma das categorias A, B e H, auferido por sujeitos passivos com deficiência, com o limite de 2.500 euros.

SEGURANÇA SOCIAL

Actualização do IAS

O regime de actualização do IAS, mantém-se suspenso durante o ano de 2013, continuando este fixado em 419,22 euros.

Membros de Órgãos Estatutários

Os membros de órgãos estatutários que exerçam funções de gerência ou de administração passam a ter direito à protecção na eventualidade de desemprego. A taxa contributiva para as entidades empregadoras é aumentada de 20,3% para 23,75% e de 9,3% para 11% para os administradores e gerentes.



- Carlos Sousa -

ORA newsletter

Nº 74 – MARÇO/2013
(circulação limitada)

REVISORES E AUDITORES

A Comissão de Normalização Contabilística (CNC) tornou pública, recentemente, a sua Newsletter nº 3, destacando-se os seguintes temas que se relacionam com a actividade de revisão/auditoria:



- i) Descrição das principais tendências da normalização contabilística ao nível dos principais organismos internacionais, designadamente: UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development); IASB (International Accounting Standards Board); e UE (União Europeia);
- ii) Referência à actividade desenvolvida pela CNC, a qual, em linha com as mais avançadas tendências internacionais, desenvolveu em Portugal vários regimes de normalização contabilística que compreendem: o Regime Geral, o Regime para Pequenas Entidades e o Regime para Entidades do Sector não Lucrativo – dentro do Sistema de Normalização Contabilística (SNC); e o Regime para Microentidades. A adopção destes regimes teve como objectivo a modernização contabilística face às normas internacionais de contabilidade (IFRS) e a melhor adequação e simplificação da informação financeira à dimensão e natureza das actividades das entidades;
- iii) Posição da CNC em relação às propostas de revisão das directivas contabilísticas da UE, que alteram significativamente os requisitos de relato financeiro face à classificação por dimensão das empresas (aumento dos limites para classificação de pequenas entidades e redução na qualidade da informação financeira);
- iv) A extinção da Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública, cujas atribuições e competências de normalização para o sector público foram integradas na CNC. Desta forma, incumbe à CNC realizar os trabalhos técnicos com vista à aprovação de um único Sistema de Normalização Contabilística Público (SNCP) adaptado às normas internacionais específicas para o sector público (IPSAS) e às leis nacionais em que estas matérias são reguladas.

***Nota:** Esta publicação da ORA é genérica e o objectivo é meramente informativo. Não tem a intenção de substituir a necessidade de consulta dos diplomas mencionados ou o recurso a opinião profissional para os temas tratados em função dos casos concretos de cada entidade.*

11/11

OLIVEIRA REGO E ASSOCIADOS, SROC

Avª Praia da Vitória, nº 73 – 2º Esq. 1050-183 Lisboa Tel.: 21 315 26 72 / 21 315 97 59 Fax: 21 315 99 36 info@oliveirarego.pt
Inscrita na C.M.V.M. com o n.º 218 e na Ordem dos R.O.C. com o n.º 46 Contribuinte n.º 501 794 662